

## PROVA DAS DISCIPLINAS CORRELATAS

### DIREITO ADMINISTRATIVO

**QUESTÃO 1 - Quanto aos princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta.**

- A. O princípio da supremacia do interesse público e o princípio da indisponibilidade dos interesses públicos pela Administração são princípios constitucionais expressos.
- B. Segundo texto expresso do artigo 37 da Constituição da República, eles são aplicáveis, a partir de um critério orgânico, para toda a Administração Pública direta e indireta, nestas incluindo as fundações, autarquias, empresas públicas, paraestatais e agentes delegados.
- C. A eficiência, qualificada como um princípio constitucional geral, foi incluída na Constituição pela Emenda Constitucional n. 19/98.
- D. A moralidade é um princípio que compreende todos os demais devido à sua natureza aberta e sua importância axiológica suprema, notadamente em um país como o Brasil, em que há tanta imoralidade nos Poderes Públicos (exceto no Poder Judiciário).
- E. Apesar de já classicamente reconhecido pela doutrina, o princípio da juridicidade foi incluído por emenda constitucional no artigo 37, *caput*, da Constituição da República, apenas em 2015.

**QUESTÃO 2 - Quanto à organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.**

- A. O primeiro setor é aquele definido como o composto pelas entidades estatais dotadas de personalidade jurídica de direito público.
- B. O terceiro setor é composto pelas pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, mas desde que sua finalidade institucional seja o interesse público.
- C. Os conselhos profissionais são entidades que compõem o terceiro setor.
- D. Os partidos políticos são entidades que compõem o segundo setor.
- E. As organizações não-governamentais são definidas legalmente como aquelas que possuem certificados especiais tais como as Organizações Sociais.

**QUESTÃO 3 - Quanto às empresas estatais, assinale a alternativa correta.**

- A. Podem ser prestadoras de serviços públicos ou exploradoras de atividades econômicas (mas elas não podem ter competência para prestar ambas as atividades).
- B. São exemplos de estatais prestadoras de serviços públicos: a Caixa Econômica Federal e a SANEPAR.
- C. A Petrobrás é uma empresa pública federal.
- D. A ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é uma autarquia federal, com subsidiárias estaduais.
- E. Possuem regulação geral estabelecida por lei federal editada no ano de 2016 e que é válida para as entidades de todos os entes políticos.

**QUESTÃO 4 - Quanto às parcerias da administração pública e as organizações da sociedade civil, assinale a alternativa correta:**

- A. Em 2014 e 2015 ocorreu uma alteração substancial em seu regime jurídico por conta da edição de nova legislação federal a respeito do assunto.
- B. Foram impulsionadas no Brasil pelo Plano Nacional de Publicização levado a efeito pelo Governo Lula por intermédio do MARE.
- C. As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) são definidas como entidades públicas que foram retiradas do primeiro setor e realocadas no terceiro setor mediante a alteração legal de sua personalidade jurídica.
- D. Segundo a redação expressa da Constituição da República as parcerias realizadas entre a Administração Pública brasileira e o terceiro setor, por não constituírem contratos administrativos, estão previamente dispensadas de serem antecedidas de licitação.
- E. Estão respaldadas pela presença expressa do princípio da subsidiariedade na Constituição da República.

**QUESTÃO 5 - Sobre os bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A. Como regra geral, podem ser desapropriados, exceto no caso de bens pertencentes à União.
- B. Não são alienáveis enquanto afetados ao serviço público.
- C. Podem ser classificados como bens: patrimoniais disponíveis (os dominicais), patrimoniais indisponíveis (os de uso especial) e não patrimoniais (os de uso comum do povo).
- D. Podem ser concedidos para uso privado (total ou parcialmente).
- E. Podem sofrer usucapião de acordo com a redação que foi conferida ao tema pelo novo Código Civil em 2002.

**QUESTÃO 6 - A respeito da desapropriação é correto afirmar:**

- A. A desapropriação por zona é utilizada para regularizar determinadas áreas edificadas incluídas no plano diretor.
- B. A desapropriação por utilidade pública deve ser justa e em dinheiro, assim como a desapropriação para cumprimento da função social da cidade, prevista no artigo 182, da Constituição de 1988.
- C. A desapropriação para fins de política urbana é também denominada de *desapropriação sanção* e depende de lei municipal para área prevista no plano diretor, cuja finalidade é efetivar a função social da cidade.
- D. A desapropriação indireta, por dispensar o regular procedimento administrativo, consiste no irregular apossamento do imóvel pela Administração Pública.
- E. Conforme prevê Dec-lei nº 3365/41, os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, e este poderão desapropriar bens da União.

**QUESTÃO 7 - Assinale a alternativa correta:**

- a) O ato administrativo válido é assim considerado por atender aos requisitos do ordenamento jurídico, enquanto o ato administrativo eficaz, não obstante sempre válido, caracteriza-se por ter completado seu ciclo de formação.
- b) A presunção de legitimidade – atributo do ato administrativo e, concomitantemente, decorrente do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado – é considerada presunção *iures et de iure*.
- c) O espaço de liberdade concedido, pelo ordenamento jurídico, ao Administrador Público, para tomada de decisão traduz-se na discricionariedade e sua natureza jurídica se assenta sempre na teoria dos conceitos indeterminados.

- d) O desvio de poder se caracteriza pela atuação do agente, consubstanciada no ato administrativo, para atingir finalidade diversa à natureza do ato emitido.
- e) Conforme a doutrina majoritária, os atos nulos são, como regra, convalidáveis e a declaração de invalidade opera efeitos *ex tunc*.

**QUESTÃO 8 - Assinale a alternativa incorreta:**

- A. A concessão de serviço público é um contrato mediante o qual a prestação de um serviço público é temporariamente outorgada pelo Estado a um particular que assume a execução perante os usuários, cuja remuneração é arcada pelo poder concedente.
- B. Qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, uma das possibilidades previstas constitucionalmente para o exercício do controle externo.
- C. Os princípios da publicidade, da oficialidade, da ampla defesa, do contraditório e da gratuidade são regentes do processo administrativo.
- D. A legalidade, a moralidade, o julgamento objetivo e a vinculação ao instrumento convocatório, dentre outros, são princípios aplicáveis ao procedimento licitatório da concessão de serviço público
- E. O Tribunal de Contas, no exercício de suas competências constitucionais, pode sustar a execução de atos impugnados, devendo comunicar a decisão ao Poder Legislativo, conforme consta da Constituição da República de 1988.

**QUESTÃO 9 - Assinale a alternativa correta:**

- A. Conforme postulado da teoria dos motivos determinantes, o motivo determinante para a prática do ato administrativo deve ser suficiente e verdadeiro, no entanto, se múltiplos os motivos, todos devem ser verdadeiros, bastando que somente alguns sejam suficientes.
- B. Os controles externo e interno de legalidade e de legitimidade da atuação da Administração Pública, em especial do Poder Judiciário, serão exercidos pelos Poderes Judiciário e Legislativo correspondentes a cada uma das esferas da Federação,
- C. Qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, uma das possibilidades previstas constitucionalmente para o exercício do controle externo.
- D. O desvio de finalidade é uma das espécies de vício do ato administrativo, relacionando-se ao conteúdo do ato administrativo.
- E. A servidão administrativa é uma das formas de aquisição originária da propriedade, pelo Poder Público, e afeta o caráter da exclusividade do direito de propriedade.

**QUESTÃO 10 - Assinale a alternativa correta:**

- a) O poder de polícia é uma das manifestações subjetivas da Administração Pública ao lado do fomento.
- b) O princípio da proporcionalidade é um dos limites impostos ao exercício do poder de polícia, porém a ele (poder da polícia) não se aplica o princípio da motivação por ser uma atividade de cunho discricionário.
- c) São características do poder de polícia a coercibilidade, a autoexecutoriedade e a eficácia, esta considerada como a relação entre o direito individual e a prevenção do dano.
- d) A competência do agente, por se situar no plano da eficácia da medida de polícia, deve ser observado, sob pena de ilegalidade a atuação administrativa.
- e) Um dos fundamentos do poder de polícia é o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.



**GABARITO:**

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
<b>C</b>	<b>B</b>	<b>E</b>	<b>A</b>	<b>E</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>A</b>	<b>C</b>	<b>E</b>